

Programa do CTI para o manejo não-predatório e a preservação ambiental de áreas indígenas na Amazônia Brasileira

Anexo 3:

C O N T R O L E T E R R I T O R I A L W A I A P I

DIVERSIFICAÇÃO DO EXTRATIVISMO MINERAL E VEGETAL

APRESENTAÇÃO:

Atualmente, praticamente todos os grupos indígenas da Amazônia tem algum envolvimento com a questão do garimpo. Mas as formas deste relacionamento são extremamente diferentes se compararmos a situação dos Tukano no Rio Negro, dos Kaiapó no Pará, dos Munduruku no Tapajós, dos Yanomami em Roraima, dos Wayana e Aparai no Parque Tumucumaque, dos isolados do Cuminapanema ou dos Waiãpi no Amapá.

Seria importante estabelecer parâmetros para estudar a situação desses povos, que encontraram no garimpo tanto problemas quanto soluções para seu futuro. Não pretendemos, aqui, realizar um balanço que extrapola os objetivos da apresentação deste sub-projeto. O que se tentará é contribuir à esta comparação a partir da descrição da situação dos Waiãpi, destacando-se os aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos, territoriais e ambientais que poderiam ser utilizados como critérios para uma avaliação comparativa. Discutiremos elementos da relação conservação/produção, que nos parece significativa para questionar a relação que diversos grupos indígenas mantêm com o garimpo.

No caso Waiãpi, o garimpo articula-se diretamente ao confronto político com os brancos e, decorrentemente, com a questão do controle territorial. E nesse contexto que o presente sub-projeto consiste numa proposta de diversificação do extrativismo vegetal já realizado por esta comunidade, em paralelo à sua atividade garimpeira, e que deverá, através do programa que nos propomos realizar, ser sistematizada na forma de um programa de manejo autosustentado dos recursos de seu território.

ANTECEDENTES HISTÓRICOS E CONTEXTO REGIONAL:

1. O impacto do garimpo predatório na AI Waiãpi

O envolvimento dos Waiãpi com o garimpo remonta ao início da década de 70, quando invasores trouxeram morte e destruição nas aldeias do sul da área. Os invasores chegaram antes da frente de atração da Funai que veio acompanhando a construção da rodovia Perimetral Norte. Desde então, o confronto interétnico na região continua dominado pela questão do ouro e o garimpeiro tornou-se uma figura central na ideologia e nas práticas de enfrentamento entre índios e brancos.

A AI Waiãpi possui reservas minerais com potencial para ouro, prata, tantalita, cassiterita e metais básicos capazes de interessar à grandes empresas de mineração. Até o momento, os principais interessados são pequenas mineradoras e garimpeiros, apoiados por políticos que defendem a vocação mineral do estado do Amapá. De acordo com o levantamento do DNPM (*Listagem Prosig/DNPM de 09/08/91*), constatamos que diminuíram os requerimentos de pesquisa mineral incidentes na AI, em relação à situação em 1987, quando os requerimentos loteavam toda a extensão da AI. Mesmo assim, algumas empresas continuam solicitando lotes nos limites leste e sul da AI (Mineração Itajary e Inter-minerações Ltda). Nesse período, cresceu o número de grupos garimpeiros interessados na área: são filiados à sindicatos em nível nacional e têm apoio de parlamentares amapaenses.

A situação atingiu o limite pois não é mais possível fugir e a sobrevivência da etnia Waiãpi está ameaçada pela existência de minério em suas terras. Após tentativas de acordos com os garimpeiros, prontamente desrespeitados por estes, os Waiãpi partiram para o confronto violento que provocou um clima de tensão constante. A garantia da posse de fato de suas terras tem a ver com a posse desses bens minerais, da transformação em riqueza daquilo que representa hoje um risco à sobrevivência.

É nesse contexto que, a partir de 1980, cansados de esperar providências dos órgãos responsáveis, os Waiãpi assumiram a expulsão dos garimpeiros e conseguiram controlar e, depois, eliminar os principais focos de invasão. Neste processo, aprenderam a trabalhar na extração manual de ouro, inicialmente junto aos próprios garimpeiros que, eventualmente, envolveram agentes da Funai. Passaram assim a se interessar por uma atividade que lhes trouxe os recursos necessários para adquirir bens que, antes, a Funai distribuía como "presentes" (pano, armas de fogo, munição, anzóis, etc) para a "atração".

2. Características da garimpagem Waiãpi

Hoje, os Waiãpi veem o garimpo como uma atividade que deve manter-se exclusivamente controlada por eles, para extrair uma riqueza também exclusiva do grupo. *O ouro é nosso, nós vamos trabalhar sozinhos, devagar, porque o ouro não estraga, está guardado em nossa terra* (Capitão Waiwai, 1986). Este argumentos tem orientado o desenvolvimento desta atividade ao longo dos últimos anos. Sintetizamos, a seguir, a sequência lógica dos fatores que garantiram o sucesso desta iniciativa.

Controle territorial

Existem atualmente 13 aldeias na AI Waiãpi, contra 4 na época do último GT de identificação da AI, em 1984. A mudança no sistema de ocupação data de 1985/86, quando vários líderes de aldeia voltaram aos padrões tradicionais de autonomia política, territorial e econômica, dispersando os grupos locais que haviam se aglutinado em torno dos postos de assistência da Funai e das missões.

O motor desta mudança, que iniciou justamente com a ocupação dos limites norte (do Mariry para o Inipuku) e sul (do Onça para o Karapanaty) da AI, foi a necessidade de controlar zonas intermitentemente invadidas por garimpeiros. Neste processo, o grupo do Mariry, que já vinha experimentando a garimpagem desde 1982, optou por não apenas ocupar, mas

explorar, as grotas abandonadas pelos invasores. A partir daí, iniciaram a pesquisa de novas grotas, levada paralelamente às expedições de fiscalização dos limites da AI. Fiscalização das invasões e pesquisa de ouro tornaram-se duas facetas da mesma estratégia de controle territorial.

Em termos numéricos, pode-se afirmar que, atualmente, a metade de população Waiãpi está diretamente envolvida com a garimpagem manual. Mesmo que esta atividade seja muito mais desenvolvida pelo grupo do Mariry (120 pessoas) e pelo grupo do Aramirã (40), muitas famílias de outras aldeias tem se agregado temporariamente às equipes que controlam os garimpos da região de Mariry e Aramirã.

Aspectos sociais

Trabalhar no garimpo é menos uma atividade coletiva - envolvendo, por exemplo, todos os membros de uma "aldeia" - que uma atividade propriamente familiar. Da mesma forma que os Waiãpi reconhecem como chefe de aldeia o indivíduo que implantou a primeira roça no local, o chefe do garimpo é quem achou e explorou primeiro a grota. Como sempre abrem roças nas imediações das grotas, o dono de um garimpo é sempre, ou antes, o dono de uma roça. Como o padrão tradicional de chefia envolve a organização dos trabalhos coletivos na roça, ele faz o mesmo no garimpo.

O sucesso desta atividade extrativista deve-se principalmente ao equilíbrio que os Waiãpi conseguiram manter entre suas atividades tradicionais e o trabalho no garimpo, em termos de: ciclo sazonal de atividades e ocupação do território; divisão dos segmentos residenciais que mantêm sua autonomia; divisão do trabalho entre homem/mulher, jovens/velhos; distribuição dos lucros, de acordo com divisões tradicionais que se perpetuam através das "equipes" no garimpo; etc...O trabalho no garimpo não gerou, de fato, disrupções nas formas tradicionais de relacionamento inter-individual.

Aspectos econômicos e ambientais

O lucro monetário que os Waiãpi obtêm através do trabalho no garimpo não é, em absoluto, o único benefício propiciado por esta atividade, que veio se inserir num ciclo muito mais complexo de atividades sazonais desenvolvidas em torno dos garimpos. Como o trabalho no garimpo envolve expedições a longa distância, é óbvio que os Waiãpi aproveitam, numa mesma estadia, todas as possibilidades oferecidas pelo meio: coleta, pesca e caça. Ou seja: pesquisar e/ou extrair ouro representa ao mesmo tempo a oportunidade de inspeccionar fruteiras, trilhas de caça, etc...e de visitar capoeiras, onde são rememorados eventos culturais e históricos importantes para a perpetuação da memória do grupo.

Por outro lado, a ocupação intermitente das zonas de garimpo representa em si mesma uma oportunidade para a recuperação e sobretudo o enriquecimento florestal. A floresta de terra firme ocupada pelos Waiãpi tem, de fato, as características de uma "floresta antropogênica". São muito conhecidas, para demorar-nos neste ponto, as técnicas utilizadas pelos índios para diversificar as espécies vegetais e, conseqüentemente, faunísticas: formação de pupunhais, de açazais, diversificação e replantio de árvores frutíferas, barragens em igapós para favorecer a reprodução dos peixes, etc... Quando desenvolvidas no quadro da autonomia dos pequenos grupos familiares, essas técnicas de manejo ambiental

resultam na rápida recuperação das zonas esgotadas consequentemente à ocupação humana. E são exatamente essas alternativas que os líderes procuram enfatizar em sua política de dispersão. Em seus discursos, enfatizam que a concentração da população em torno dos postos apenas resultou, além das perdas territoriais decorrentes das invasões, em fome e doença. A ocupação dispersa em torno dos garimpos levou ao contrário ao reequilíbrio dos recursos florestais, não mais destruídos por invasores, e à recuperação da biodiversidade de fato promovida pelos donos do território, os Waiãpi.

Aspectos culturais e políticos

As iniciativas dos Waiãpi quanto ao garimpo apoiam-se nas tradições míticas que balizam o destino deste povo. A manipulação ideológica de situações novas, como a que o garimpo propicia, só pode ter sucesso quando se apoia em conteúdos culturalmente significativos. Para os Waiãpi, a iniciativa de assumir o garimpo se construiu e continua se reforçando a partir de um discurso profético condizente com as tradições culturais desta sociedade.

Assim, praticamente todos os aspectos da garimpagem (origem do ouro, estrutura geológica da região, associação do ouro com determinadas pedras, associação dos veios com espécies vegetais e animais, desgaste do minério, efeitos destrutivos da garimpagem, etc...) são avaliados a partir de elementos da tradição mítica e histórica, constantemente reafirmados pelos líderes para justificar a exclusividade do garimpo indígena.

De acordo com a cosmologia Waiãpi, o ouro garante à terra sua perenidade, condicionando sua rigidez e a temperatura ideal para a perpetuação da vida. Garimpar não constitui uma contradição, justamente porque os Waiãpi se consideram responsáveis pela preservação da terra criada por seus heróis míticos, que lhes destinaram o ouro. Na prática, até o momento, eles tem enfatizado e praticado esta moderação: a garimpagem deve ser realizada de acordo com ritmos e formas que eles consideram apropriadas: *nós não acabamos com tudo, trabalhamos devagar, deixamos a floresta e os bichos crescer* (Kumai, 1987).

3. Conclusões e recomendações

Na relação conservação/produção, a primeira continua tendo peso muito maior que a segunda, na medida em que propicia uma autonomia política e cultural muito mais significativa e valiosa para os Waiãpi que a autonomia econômica. Esta, aliás, continua basicamente garantida através da manutenção de práticas de subsistência tradicionais (caça, pesca, coleta e agricultura). A médio prazo, porém, os Waiãpi querem encontrar alternativas para cobrir sua pequena - mas crescente - demanda monetária. Para o futuro, desejam também melhorar, com recursos financeiros próprios, a qualidade dos serviços básicos de transporte, saúde e educação. A longo prazo, almejam independência política e exclusividade no uso das riquezas de seu território.

A solução está portanto em apoiar e orientar a iniciativa dos Waiãpi, diversificando as opções de manejo ambiental numa área que eles pretendem conservar para as futuras gerações, garantindo desta forma a preservação de formas sociais e culturais indígenas, que tem mantido intactos esses recursos ao longo de milênios.

OBJETIVOS GERAIS DESTE SUB-PROJETO:

1. Desenvolver atividades de controle ambiental e manejo não-predatório dos recursos da floresta tropical, através de um programa de diversificação do extrativismo vegetal e mineral tradicionalmente realizado pelos Waiãpi.

2. Garantir aos índios Waiãpi autonomia na exploração exclusiva dos recursos de seu território, através do aproveitamento econômico desses recursos, de forma condizente à suas formas de organização social e política.

3. Manutenção da integridade da floresta tropical, incluindo a recuperação ambiental das áreas degradadas em consequência de garimpos predatórios (limite norte e sul da área) e implantação de medidas restritivas à ocupação predatória no entorno da AI Waiãpi.

JUSTIFICATIVAS PARA O PROGRAMA DE DIVERSIFICAÇÃO DO EXTRATIVISMO:

Considerando os antecedentes históricos e o contexto regional acima descritos, três aspectos da situação da área Waiãpi merecem particular atenção:

1) Trata-se de uma população em franco aumento demográfico, que mantém seus padrões tradicionais de organização sócio-política, caracterizados pela descentralização de grupos locais em áreas de ocupação dispersas. Todas as atividades extrativistas realizadas pelos Waiãpi implicam na implantação de roças/aldeias ou acampamentos fixos nos locais ocupados para o trabalho extrativista, ocupação esta que contribui tanto para a fiscalização territorial quanto para o manejo dos recursos vegetais (plantações de curto prazo e de longo prazo).

2) Apesar dos interesses de garimpeiros e mineradoras em aceder ao potencial mineral da AI Waiãpi, os índios conseguiram manter esta área totalmente livre de invasões nos últimos cinco anos.

3) A continuidade do controle indígena sobre suas terras só pode ser garantido através de ações que visem não apenas a preservação ambiental mas o manejo sustentado do potencial vegetal, faunístico e mineral da área. Através de assessoria especializada, este projeto consiste num programa de orientação e instrumentalização de atividades já desenvolvidas pela comunidade, que articulam a fiscalização do território com o aproveitamento de seus recursos, tanto para a subsistência como para a comercialização.

METODOLOGIA:

O desenvolvimento das atividades previstas neste projeto exige a participação de uma equipe interdisciplinar responsável pela elaboração e implantação, juntamente com a comunidade Waiãpi, de um programa integrado de:

- manejo e controle territorial que alie a preservação do território com o aproveitamento sustentado dos recursos vegetais, faunísticos e minerais;
- recuperação e preservação ambiental em todas as áreas degradadas devido à ação predatória de garimpos ilegais e intervenção preventiva nas zonas onde os Waiãpi realizam exploração manual de ouro e extrativismo vegetal.

Para tanto, serão necessárias estadias regulares na AI Waiãpi, incluindo visitas às várias áreas de ocupação da comunidade (no leste, centro, norte e sul da AI). É fundamental garantir, ao longo dos primeiros dois anos, a intensidade e regularidade das atividades de assessoria, na medida em que o programa de controle territorial e manejo sustentado a ser implantado exige a avaliação regular das etapas cumpridas e o acompanhamento das decisões e necessidades dos índios em cada uma dessas atividades.

É importante mencionar, ainda, que as diferentes etapas deste sub-projeto articulam-se à um programa de atividades na área de educação, que o CTI iniciou em 1991. De acordo com esta programação, a escola deve tornar-se um espaço importante para a discussão e adequação do plano de controle territorial desenvolvido pelos Waiãpi, assim como ela deverá contribuir para instrumentalizar os índios a assumir rapidamente o controle autônomo das atividades (técnicas, financeiras, políticas) necessárias para o fortalecimento deste plano de controle territorial e conservação da floresta tropical.

ATIVIDADES PREVISTAS PARA 1993/1994

1. Apoio ao controle territorial indígena:

1.1. Acompanhamento da demarcação:

Tendo em vista que a demarcação física da AI Waiãpi está prevista para 1993, os índios solicitaram nosso apoio no sentido de acompanhar os trabalhos a serem realizados nos limites ameaçados de novas invasões. É fundamental garantir o acompanhamento antropológico da demarcação, que deverá ser realizada sob a orientação dos índios, que nesta oportunidade irão formular novas estratégias para seu plano de controle territorial. Nesse sentido, consideramos imprescindível a realização de um levantamento geológico nos limites a serem demarcados, de modo a identificarmos in loco, junto com os representantes Waiãpi, e a posteriori, através de análises geológicas (laboratório e análise de material bibliográficos disponível) os pontos mais vulneráveis à futuras invasões por parte de garimpeiros ou empresas de mineração.

1.2. Proteção ambiental da área de entorno:

Dar-se-a prosseguimento aos contatos com órgãos fundiários, a nível federal e estadual para a proteção jurídica da área de entorno. Em particular, dar-se-a prosseguimento ao projeto de implantação, através da CEMA/AP, de uma área de proteção na faixa de entorno da AI Waiãpi. Nesse contexto, faz-se necessário um sobrevôo para fiscalização dos limites e do entorno da área e para averiguar a presença de um grupo Waiãpi isolado na região do alto rio Amapari.

1.3. Acompanhamento do plano de controle territorial efetuado pelos índios:

Diferentes grupos locais Waiãpi pretendem, nos próximos dois anos, além da implantação das novas aldeias na faixa nordeste da área, reocupar - com acampamentos fixos e/ou novas aldeias - zonas distantes dos atuais centros de habitação, no extremo sul e sudoeste da área. Nosso programa prevê o apoio - em equipamentos e assessoria técnica - para esta ocupação nas zonas estratégicas (rio Aimã) e nos limites leste (Ig. Agua Preta), norte (rio Inipuku) e sul (rio Karapanaty), através da implantação de atividades de manejo dos recursos naturais nessas áreas (ver item 4).

2. Recuperação ambiental de áreas degradadas

2.1. No primeiro ano, será dada continuidade à recuperação e manejo de curto prazo, através da formação de açaiçais e/ou pupunhais nos barrancos de garimpos abandonados por invasores (alto rio Inipuku) e nas grotas exploradas pelos índios (rio Aimã). Seleção e implantação, no segundo ano, de outras espécies nativas para garantir, nas mesmas áreas, a recuperação ambiental e o aproveitamento sustentado de longo prazo .

2.2. Vistoria na área do alto Inipuku (antiga sede da mineração Monte Negro) e início do trabalho de recuperação ambiental, através do replantio de espécies nativas. Numa primeira fase, de acordo com o interesse formulado pelos índios, serão avaliadas as roças deixadas pelos invasores e dado início ao plantio de açaí nos barrancos. Na segunda fase, será iniciado o reflorestamento com espécies nativas de longo ciclo.

2.3. Vistoria na área do alto Ig.Onça e do rio Karapanaty, para identificar o potencial da região em termos de manejo dos recursos vegetais e minerais e avaliar a situação ambiental das zonas antigamente exploradas por garimpeiros, expulsos pelos índios nos últimos 10 anos.

3. Orientação e instrumentalização de atividades extrativistas

3.1. Instrumentalização da extração manual de ouro:

Até o momento, os Waiãpi fizeram pesquisa e selecionaram grotas mais promissoras e, sobretudo, encerraram o trabalho de preparação das roças e das novas casas nos garimpos, que garantem a permanência das famílias nessas áreas para pelo menos dois anos. A perspectiva para os próximos anos é de um aumento sensível na produção dos garimpos já implantados, ao mesmo tempo que se multiplicarão "equipes" novas, que já estão pesquisando locais para implantar novos garimpos. Ao que tudo indica, a

atividade garimpeira dos Waiãpi está se ampliando mais pelo rumo da multiplicação das pequenas unidades produtivas que pela mudança de escala num garimpo que congregaria várias equipes.

Neste contexto, o programa prevê duas atividades básicas:

a) Supervisão da pesquisa mineral realizada pelos índios, em locais determinados pelos diferentes grupos locais (no norte e no sul da AI) em função de suas respectivas atividades de controle territorial nos limites ameaçados por invasões (especialmente limites norte e leste).

b) Orientação do sistema de produção, na extração manual de ouro aluvionar. É importante lembrar que os Waiãpi utilizavam, inicialmente, procedimentos adquiridos com os garimpeiros, com o agravante de não possuírem o instrumental adequado. O sistema era todo manual, desde a abertura de cavas, com pás e picaretas, até o beneficiamento em caixa-concentradora rudimentar, transportando água em latas e, também utilizando-se de mercúrio para a limpeza do metal, queimando a liga sem qualquer critério de salubridade.

Durante a preparação do presente sub-projeto este sistema foi debatido com os índios, chegando-se à três medidas básicas, já implementadas:

- inclusão de um pequeno conjunto de moto-bomba portátil para esgotar as escavações e fornecer água para a caixa contradora durante a limpeza do cascalho;

- padronização da caixa concentradora com uso de material leve, de fácil transporte e manuseio, que permita regulagens de acordo com algumas variações das características físicas do minério;

- eliminação total do uso de mercúrio responsável pela contaminação humana e ambiental.

3.2. Estudos de viabilidade para a extração e comercialização de essências vegetais:

Os Waiãpi, como outras populações amazônicas, são exímios conhecedores das inúmeras espécies vegetais existentes em seu habitat. Utilizam, tradicionalmente, diversas seivas e resinas com finalidades terapêuticas, tintoriais, etc... Por outro lado, desenvolvem, tradicionalmente, o manejo de palmeiras frutíferas em suas capoeiras (várias espécies de pupunha) e nos baixões que ocupam para atividades de pesca e caça (açai). Há vários anos, vem demonstrando interesse em ampliar estas atividades na forma de um manejo mais sistemático, tanto no que diz respeito às espécies coletadas que plantadas.

Nesse contexto, o programa prevê:

a) incentivo imediato à formação de açazais e pupunhais em zonas estratégicas da área indígena, ampliando-se o manejo já realizado de forma asistemática pela comunidade;

b) processamento experimental in loco de polpa dessas frutas e pesquisa de mercado, a nível regional, para a comercialização desses produtos;

b) assessoramento à pesquisa de potencial de seivas e resinas existentes na área, especialmente a copaíba na região dos igarapés Araça e Onça (centro e sul da AI);

c) estudos de viabilidade para o processamento, in loco, e a comercialização, a nível regional e nacional, de óleo de copaíba e de outras resinas tintoriais abundantes na área indígena.

Para a coleta experimental, as análises bio-químicas e a pesquisa de mercado, contaremos com apoio do Museu de Plantas Medicinais (Valdomiro Gomes) de Macapá e com assessoria de especialistas de outros órgãos especializados (EMBRAPA e CEMA) nas representações regionais de Belém e Macapá.

3.4. Implantação de uma pequena oficina e formação dos índios em mecânica:

A implantação de uma pequena oficina na aldeia Aramirã e a formação de quatro jovens mecânicos, através de cursos (duas etapas de 20 dias) técnicos em Macapá estão orçadas neste sub-projeto. Também está orçado o fornecimento de equipamentos necessários às atividades de controle territorial (voadeira, motor de popa e um veículo Toyota) e às atividades extrativistas (ferramentas e pequenos equipamentos para garimpo e extração de copaíba).

De fato, uma das diretrizes de nosso programa é introduzir técnicas que possam ser controladas pelos Waiãpi e que estejam adaptadas ao ritmo de suas atividades produtivas, em pequena escala, respeitando as divisões sociais tradicionais do grupo. Neste quadro, é fundamental que os Waiãpi possam, de maneira autônoma, se responsabilizar pela manutenção dos equipamentos que têm à disposição para suas atividades de subsistência e extrativas, pelo transporte entre as aldeias (veículo, motores de popa, etc...), sem depender dos funcionários dos postos de assistência ou de regionais, evitando-se ainda consertos ou estadias onerosas na cidade de Macapá.

Localização do projeto:

Área Indígena Waiãpi - municípios de Mazagão, Macapá e Laranjal do Jari (Estado do Amapá)

Beneficiários:

Comunidade indígena Waiãpi, composta por 13 aldeias, com uma população de 400 indivíduos - Colonos da região limite da área indígena, instaladas nas margens da rodovia Perimetral norte, num total aproximado de 200 famílias.

Impacto ambiental do projeto:

Controle ambiental através da eliminação de técnicas depredatórias de garimpo dentro e no entorno da AI Waiãpi; valorização e manejo de espécies nativas; incentivo à comercialização de essências vegetais específicas da região.